

Barroso encontra presidente do Senado em Roma e minimiza crise com Congresso

Em Roma para proferir palestra no **Fórum Esfera Internacional de Roma**, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, pregou neste sábado (12/10) a harmonia entre os Poderes da República e afirmou que não iria comentar o “varejo político” quando questionado sobre o recente ataque do Congresso ao STF.

“A harmonia e independência dos poderes é uma marca da nossa Constituição. Vejo com muita naturalidade que o Congresso esteja debatendo esses temas nacionais. Às vezes discordo, mas vejo com naturalidade (...) A questão não é ter um modelo ideal [de Suprema Corte]. É ter um modelo que não se consolide nunca, que não se institucionalize”, afirmou.

No último dia 9, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou um pacote de medidas para emparedar ministros do Supremo. Entre as propostas aprovadas estão a **PEC 8/21**, que limita as decisões monocráticas e em tribunais superiores, a **PEC28/24**, que permite ao Congresso suspender decisões do STF, e o Projeto de Lei 4.754/16, que permite o impeachment de ministro do Supremo que, na ótica do Congresso, usurpar competência legislativa.

“Eu não quero falar de varejo, nós estamos falando aqui de educação, investimento e avanços sociais para combater a pobreza”, afirmou quando questionado sobre a atuação recente do Congresso.

Foco na qualidade do gasto público

A ofensiva parlamentar é uma reação à **suspensão** das emendas impositivas apresentadas por deputados federais e senadores ao orçamento da União, até que o Congresso edite novos procedimentos para que a liberação dos recursos observe os requisitos de transparência, rastreabilidade e eficiência.

Sobre o tema, o presidente do STF defendeu a qualidade do gasto público. “Eu penso no país institucionalmente. Estou preocupado com a qualidade do gasto. É menos importante se o legislativo tem um papel maior ou menor. Ou se o executivo tem um papel maior ou menor. Desde que a qualidade do gasto seja elevada. Ali, o que aconteceu na intervenção do Supremo, na decisão do ministro Flávio Dino, é um problema de transparência, de rastreabilidade, da efetiva existência de projetos, de fugir um pouco da fragmentação excessiva do orçamento e de ter investimentos em programas estruturais. O orçamento não pode ser uma divisão de dinheiro entre pessoas.”

Também em Roma, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já adiantou que ao menos a proposta aprovada pela CCJ que permite a revisão de decisões do Supremo não tem chance de prosperar.

“Essa [medida] me parece ser inconstitucional. A palavra final sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei num país democrático de Estado de Direito é do Supremo Tribunal Federal. Isso nós não discutimos e não questionamos”, afirmou.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-out-12/em-roma-barroso-minimiza-crise-com-congresso-e-prega-debate-sobre-qualidade-de-gasto-publico/>

Divulgação



Ministro Luís Roberto Barroso se negou a comentar o que chamou de “varejo político”